

VENTOS POTIGUARES COMERCIALIZADORA
DE ENERGIA S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e
consolidadas
Em 31 de dezembro de 2022

VENTOS POTIGUARES COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas e diretores da
Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A. e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 09 de fevereiro de 2023.

VENTOS POTIGUARES COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ: 12.623.165/0001-07
Balanços patrimoniais individuais e consolidados
Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021
(em milhares de Reais)

Ativo	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021			2022	2021	2022	2021
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	207	374	257	370	Fornecedores	11 e 13	38.783	30.958	26.039	10.344
Aplicações financeiras	4	36.977	4.977	57.033	101.779	Financiamentos e Debêntures	12	45.040	-	45.040	352.622
Contas a receber	5	46.086	28.394	31.444	31.562	Obrigações tributárias		-	2.616	1.831	5.144
Partes Relacionadas	13	15.000	-	-	-	Dividendo a pagar	13	13.633	22.733	13.637	22.741
Estoques		-	-	1.061	5.486	Arrendamentos a pagar	9	-	-	2.520	1.598
Impostos a recuperar	6	14.869	24.404	-	24.601	Contas a pagar		-	-	-	815
Dividendo a receber	13	29.237	22.584	-	-			97.456	56.307	88.138	393.264
Despesas antecipadas		-	-	304	257	Não circulante					
Outras Contas a Receber		-	-	-	93	Financiamentos e Debêntures	12	367.826	-	367.826	-
		127.376	80.733	104.977	164.148	Provisão para contingência	14	-	-	9	-
Não Circulante						Provisão para desmobilização	10	-	-	5.111	7.113
Depósitos Judiciais		-	-	306	306	Arrendamentos a pagar	10	-	-	28.242	27.894
Outras Contas a Receber	7	-	-	3.816	-	Adiantamento para futuro aumento de Capital		-	180	-	180
Adiantamento para futuro aumento de Capital		-	650	-	-			367.826	180	402.117	35.187
Investimentos	8	559.696	345.597	-	-	Patrimônio líquido					
Imobilizado	9	3.165	3.298	605.979	637.660	Capital social	15	173.441	273.441	173.441	273.441
Intangível		2.096	-	2.304	208	Reservas de lucros	15.b e 15.c	53.610	100.350	53.610	100.350
		564.957	349.545	612.405	638.174			227.051	373.791	227.051	373.791
Total do Ativo		692.333	430.278	717.382	802.322	Participação não controladores		-	-	76	80
								227.051	373.791	227.127	373.871
						Total do passivo e patrimônio líquido		692.333	430.278	717.382	802.322

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

VENTOS POTIGUARES COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ: 12.623.165/0001-07
Demonstrações do resultado individuais e consolidados
Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receita líquida de vendas	16	306.755	293.847	306.755	293.847
(-) Custo dos produtos vendidos	17	<u>(309.862)</u>	<u>(293.660)</u>	<u>(173.715)</u>	<u>(163.852)</u>
(=) (Prejuízo)/lucro bruto		(3.107)	187	133.040	129.995
(+/-) (Despesas)/receitas operacionais					
Despesas administrativas e gerais	17	(400)	(3.546)	(4.238)	(9.431)
Resultado de equivalência patrimonial	8	116.950	92.234	-	-
Outras receitas/(despesas) líquidas	17	<u>(6.916)</u>	<u>911</u>	<u>(10.049)</u>	<u>1.139</u>
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro		106.527	89.786	118.753	121.703
Receitas financeiras	18	10.309	1.148	15.503	3.953
Despesas financeiras	18	<u>(62.306)</u>	<u>(2)</u>	<u>(71.065)</u>	<u>(27.448)</u>
(=) Resultado financeiro líquido		(51.997)	1.146	(55.562)	(23.495)
(=) Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		54.530	90.932	63.191	98.208
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente	19	-	-	<u>(8.661)</u>	<u>(7.253)</u>
(=) Lucro líquido do exercício		<u>54.530</u>	<u>90.932</u>	<u>54.530</u>	<u>90.955</u>
Lucro líquido por ação		<u>0,176</u>	<u>0,293</u>	<u>0,176</u>	<u>0,293</u>
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		54.530	90.932	54.530	90.932
Acionistas não controladores		-	-	16	23
		<u>54.530</u>	<u>90.932</u>	<u>54.546</u>	<u>90.955</u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

VENTOS POTIGUARES COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ: 12.623.165/0001-07
Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidados
Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
(=) Lucro líquido do exercício	54.530	90.932	54.530	90.955
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>54.530</u>	<u>90.932</u>	<u>54.530</u>	<u>90.955</u>
Total do resultado abrangente atribuível a:				
Acionistas controladores	54.530	90.932	54.530	90.932
Acionistas não controladores	-	-	16	23
	<u>54.530</u>	<u>90.932</u>	<u>54.546</u>	<u>90.955</u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

VENTOS POTIGUARES COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ: 12.623.165/0001-07
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido consolidado
Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	Capital social	Reservas		Lucros acumulados	Total atribuído aos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total
			Legal	Lucros				
Saldos em 31 de dezembro de 2020		273.441	6.357	63.500	-	343.298	66	343.364
Lucro líquido do exercício	15.c	-	-	-	90.932	90.932	23	90.955
Distribuição de dividendos	13	-	-	(37.706)	-	(37.706)	(9)	(37.715)
Reserva legal	15.b	-	4.547	-	(4.547)	-	-	-
Dividendos propostos	13	-	-	-	(22.733)	(22.733)	-	(22.733)
Reserva de retenção de lucros		-	-	63.652	(63.652)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		273.441	10.904	89.446	-	373.791	80	373.871
Lucro líquido do exercício	15.c	-	-	-	54.530	54.530	16	54.546
Distribuição de dividendos	13	-	-	(87.637)	-	(87.637)	(16)	(87.653)
Reserva legal	15.b	-	2.727	-	(2.727)	-	-	-
Dividendos propostos	13	-	-	-	(13.633)	(13.633)	(4)	(13.637)
Reserva de retenção de lucros		-	-	38.171	(38.171)	-	-	-
Redução de capital	15.a	(100.000)	-	-	-	(100.000)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		173.441	13.631	39.980	-	227.051	76	227.127

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

VENTOS POTIGUARES COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ: 12.623.165/0001-07
Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados
Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
(=) Lucro líquido do exercício		54.530	90.932	54.546	90.955
Itens que não afetam o caixa operacional					
Participação de não controladores, líquido		-	-	(4)	(14)
(+) Depreciação e amortização	9	143	143	32.022	29.390
(+) Juros e variações monetárias	18	58.472	-	62.021	27.297
(-) Equivalência patrimonial	8	(116.950)	(92.234)	-	-
		(3.805)	(1.159)	148.586	147.628
Aumento líquido/(Redução) nos ativos					
Aplicação financeira		-	-	40.755	127
Conta s receber		(17.692)	(307)	118	(3.457)
Estoques		-	-	4.425	(229)
Impostos a recuperar		9.535	(2.491)	9.722	(2.481)
Despesas antecipadas		-	-	(48)	(66)
Outras contas a receber		-	1.099	(3.722)	2.237
Depósitos judiciais		-	-	-	(222)
Aumento líquido /(redução) nos passivos					
Fornecedores		7.824	2.051	15.694	(2.312)
Obrigações tributárias		(2.615)	2.616	(3.314)	2.820
Outras contas a pagar		-	-	(816)	822
Caixa líquido (aplicado)/proveniente das atividades operacionais		(6.753)	1.809	211.400	144.867
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Dividendos recebidos	8	98.778	25.517	-	-
Aumento de capital controladas	8	(202.580)	-	-	-
Aquisição de imobilizado		(10)	-	(341)	(1.726)
Aquisição intangível		(2.096)	-	(2.096)	-
Caixa líquido (aplicado)/proveniente das atividades de investimentos		(105.908)	25.517	(2.437)	(1.726)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Redução de capital	8	(100.000)	-	(100.000)	-
Arrendamentos pagos		-	-	(3.743)	(2.908)
Recursos provenientes de empréstimos e financiamentos		450.000	-	450.000	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos		(41.251)	-	(392.745)	(66.588)
Juros pagos por empréstimos e financiamentos		(54.355)	-	(56.021)	-
Dividendos pagos		(110.370)	(49.601)	(110.379)	(49.593)
Adiantamento para futuro aumento de capital		470	(650)	(180)	-
Caixa Líquido (aplicado)/proveniente das atividades de financiamentos		144.494	(50.251)	(213.068)	(119.089)
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		<u>31.833</u>	<u>(22.925)</u>	<u>(4.104)</u>	<u>24.052</u>
Demonstração do aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício		5.351	28.276	61.394	37.342
No fim do exercício		37.184	5.351	57.290	61.394
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		<u>31.833</u>	<u>(22.925)</u>	<u>(4.104)</u>	<u>24.052</u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A. ("Companhia"), atualmente com a sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Jose Pereira Jorge, 178, Setor 7, Carandiru, sociedade de ações de capital fechado, foi constituída em 1º de setembro de 2010.

A Companhia tem por objeto social a comercialização de energia elétrica, bem como prestação de serviços em negócios de energia elétrica e apoio técnico, operacional, administrativo e financeiro, especialmente a sociedades controladas e coligadas; participação no capital social de outras sociedades que exerçam atividades semelhantes a exercida pela Companhia. Atuando como agente comercializadora, nos termos da regulamentação da Agência Nacional de energia Elétrica (ANEEL), de acordo com o Despacho nº 4.069, de 14 de outubro de 2011, com o início de sua operação em agosto de 2013.

As controladas da Companhia têm por objeto social a geração de energia elétrica através da fonte eólica, incluindo o desenvolvimento de estudos de viabilidade, implantação, montagem e administração de projetos de geração de energia eólica e a comercialização da energia elétrica gerada, um complexo de dez parques localizados nos municípios de Pedra Grande e São Miguel do Gostoso, no Rio Grande do Norte, com um total de 106 aero geradores, sendo um dos maiores complexo do Brasil com sua potência instalada de 170MV.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem: a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

A administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 09 de fevereiro de 2023, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.2. Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Uso de estimativa e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Determinação de vidas úteis do ativo imobilizado;
- Taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos;
- Provisões para desmobilização;
- Provisão para demandas judiciais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), sendo a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

3.2. Caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são registrados pelo valor justo por meio de resultado.

3.3. Aplicação financeira

A classificação das aplicações financeiras depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido e estão ajustadas a valor justo, de acordo com a categoria. Quando aplicável, os custos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido.

3.4. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida e faturada, subsequente, mensuradas pelo custo amortizado registrada com base no regime de competência. São registradas ao valor justo e classificadas como empréstimos e recebíveis, pois apresentam pagamentos fixos e determináveis não cotadas em mercado ativo, para qual não há impactos de juros, pelo fato das contas a receber e ser liquidado normalmente em um prazo inferior a 90 dias, os valores representam substancialmente o valor presente na data do balanço.

3.5. Instrumentos financeiros

3.5.1. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os financiamentos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas não reconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao reconhecimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia e suas controladas tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.5.2. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os passivos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia e suas controladas têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos e fornecedores. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer outros custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

3.5.3. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros estão classificados em: empréstimos e recebíveis (caixa e equivalente de caixa), valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras) e custo amortizado (fornecedores, financiamentos e partes relacionadas).

Os valores contábeis dos instrumentos categorizados como empréstimos e recebíveis e custo amortizado se aproximam do valor justo.

3.6. Investimento

Os investimentos em controladas e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa; e, em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliadas por equivalência patrimonial.

Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

3.7. Imobilizado e intangível

Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo atribuído, deduzidos de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso na mesma base dos outros ativos imobilizados. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada conforme a avaliação.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Os ativos intangíveis da Companhia são formados por licenças de softwares e marcas.

3.8. Fornecedores

Contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são classificadas como passivo circulantes se a obrigação devida tiver vencimento inferior ao prazo de doze meses da data do balanço. Os valores são registrados inicialmente pelo custo histórico, que se aproxima substancialmente de seu valor justo.

3.9. Empréstimos, financiamentos e debêntures

São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços, conforme descrito em notas explicativas.

3.10. Arrendamento mercantil

3.10.1. Definição de arrendamento

De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

3.10.2. Como arrendatário

As controladas arrendam imóveis, equipamentos de produção e equipamentos de TI. Como arrendatário, de acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, a controladas reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para a maioria dos arrendamentos, ou seja, esses arrendamentos são registrados no balanço patrimonial.

No entanto, a Companhia optou por não reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI). As controladas reconhecem os pagamentos associados a esses arrendamentos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

As controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de empréstimo incremental da controlada.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: (i) pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, sobre o faturamento bruto, conforme estipulado em contrato.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a controlada alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Administração reconheceu ativos de direito de uso e passivos de arrendamento conforme apresentado na nota explicativa nº 9.

3.11. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e for mais provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para demandas judiciais são reconhecidas contabilmente sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasiona uma provável saída de recursos financeiros necessários à liquidação das obrigações e, também, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas. Essas provisões são atualizadas periodicamente.

3.12. Imposto de Renda e Contribuição Social

São calculados com base nas alíquotas de 15% para imposto de renda, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente anual de R\$240 e 9% para contribuição social.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

3.13. Outros passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelo valor justo, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

3.14. Capital social

Ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

3.15. Apuração do resultado

A receita operacional é reconhecida quando: (i) os riscos e benefícios mais significativos forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia e suas controladas, (iii) os custos associados puderem ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de descontos, impostos e encargos sobre vendas.

A receita de operações com energia elétrica é reconhecida no resultado em função da sua entrega efetiva através do registro na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) respeitando o regime de competência.

O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores e demais agentes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica é efetuado mensalmente.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal das atividades da Companhia e de suas controladas.

3.15.1. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras e ganhos em instrumentos financeiros, quando aplicável.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, tarifas bancárias e comissões de fiança.

3.15.2. Custo do serviço de energia elétrica

Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita.

3.16. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2022

3.16.1. Contratos onerosos – Custo de cumprimento de contrato (alterações à IAS 37)

Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato. Sobre esse tema, a Companhia e suas controladas não consideram impactos significativos nas demonstrações contábeis.

3.16.2. Outras normas

Para seguintes normas ou alterações não são esperados impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas, a saber:

- Imobilizado – Receita antes do uso pretendido (Alterações à IAS 16);
- Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020 (Alterações a IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41);
- Referências ao quadro conceitual (Alterações à IFRS 3);
- Contratos de seguros (IFRS 17).

3.16.3. Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem as demonstrações contábeis da Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A. e de suas controladas, conforme detalhado a seguir:

Empresa	Tipo de controle	Participação acionária - %	
		2022	2021
Campina Potiguar Geradora Eólica S.A.	Integral - Direto	99,98	99,97
Canto da Ilha Geradora Eólica S.A.	Integral - Direto	99,98	99,97
Energia Potiguar Geradora Eólica S.A.	Integral - Direto	99,99	99,98
Esquina dos Ventos Geradora Eólica S.A.	Integral - Direto	99,98	99,97
Ilha dos Ventos Geradora Eólica S.A.	Integral - Direto	99,98	99,97
Morro dos Ventos Geradora Eólica S.A.	Integral - Direto	99,99	99,98
Ponta do Vento Leste Geradora S.A.	Integral - Direto	99,99	99,98
Pontal do Nordeste Geradora Eólica S.A.	Integral - Direto	99,99	99,97
Torres de Pedra Geradora Eólica S.A.	Integral - Direto	99,99	99,98
Torres de São Miguel Geradora S.A.	Integral - Direto	99,98	99,97

Em 16 de maio de 2022 foi deliberado e aprovado em assembleia aumento de capital em suas controladas no montante de R\$302.580 mil com a utilização do montante de adiantamento para futuro aumento de capital.

Em 17 de agosto de 2022, foi aprovada a redução de capital no monte de R\$100.000 mil em suas controladas, através das Assembleias Geral Extraordinária, devido excesso de capital social.

As práticas contábeis adotadas pelas empresas controladas são consistentes com as práticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras consolidadas foram eliminados os investimentos nas empresas controladas, os resultados das equivalências patrimoniais, bem como os saldos das operações realizadas e lucros e/ou prejuízos não realizados entre as empresas. As informações contábeis das controladas utilizadas para consolidação têm a mesma data-base da controladora.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Bancos conta movimento	207	374	257	370
Aplicações financeiras (a)	36.977	4.977	57.033	101.779
	<u>37.184</u>	<u>5.351</u>	<u>57.290</u>	<u>102.149</u>

- (a) As aplicações financeiras de curto prazo e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor, são remuneradas com base em cotas de fundo de investimento que tem como objetivo alcançar a variação média do Certificado Depósito Interbancário (CDI), que foi de 12,39% a.a. em 2022 (4,42% a.a. em 2021).

5. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Contas a receber (a)	31.086	28.394	31.444	31.562
Contas a receber – partes relacionadas (Nota 13)	15.000	-	-	-
	<u>46.086</u>	<u>28.394</u>	<u>31.444</u>	<u>31.562</u>

- (a) O “Contas a receber” da Companhia refere-se a comercialização de energia eólica substancialmente para a empresa CEMIG Geração e Transmissão S.A., através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), tendo o seu vencimento em curto prazo com sua realização regularmente.

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
PIS retido na fonte (a)	1.885	3.814	1.885	3.814
COFINS retido na fonte (a)	8.849	17.625	8.849	17.625
IR retido na fonte (b)	2.301	341	2.308	525
IRPJ Estimativa	-	124	-	124
CSLL Estimativa	-	46	-	46
IRPJ e CSLL a recuperar (c)	1.833	2.454	1.836	2.467
	<u>14.869</u>	<u>24.404</u>	<u>14.878</u>	<u>24.601</u>

- (a) Referem-se a crédito oriundo de valores retidos na fonte sobre o recebimento da receita de venda de energia;
 (b) Créditos relativos a imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras;
 (c) Valores correspondente a recolhimento por estimativa.

7. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	2022	2021
GE Power e Water Equip	3.816	-
	<u>3.816</u>	<u>-</u>

As controladas firmaram contrato com a GE Power e Water Equip de manutenção "full", incluindo trocas de peças nos parques eólicos. Devido as controladas possuírem um estoque de peças, foi firmado no mesmo contrato que a GE Power e Water Equip, assumiria esse estoque de peças para utilização na manutenção e após o encerramento do contato ressarcirá as controladas pelo valor correspondente.

O contrato tem um prazo de 10 anos, com isso o montante do valor a receber foi reclassificado para contas a receber não circulante.

8. INVESTIMENTO

	Controladora	
	2022	2021
Saldo inicial	345.597	284.763
(+) Adiantamento para futuro aumento de capital e integralização de capital (a)	302.580	-
(-) Redução de Capital (b)	(100.000)	-
(+) Recebimentos de dividendos (c)	(76.194)	(8.816)
(+/-) Resultado de equivalência patrimonial (e)	116.950	92.234
(-) Dividendos propostos (d)	(29.237)	(22.584)
(=) Total da Movimentação de Investimento	<u>559.696</u>	<u>345.597</u>
Dividendos recebidos		
Dividendos mínimo recebidos de exercícios (c)	22.584	16.701
Dividendos adicional recebidos do exercício (c)	76.194	8.816
Total de Investimento	<u>98.778</u>	<u>25.517</u>

- (a) Em 16 de maio de 2022, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a integralização do capital social de suas controladas no montante de R\$302.580 mil, com a utilização do montante de Adiantamento para futuro aumento de capital;
- (b) Em 17 de agosto de 2022, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a redução de capital no montante de R\$100.000 mil, devido a excesso de capital social;
- (c) Durante o exercício foram recebidos de suas controladoras como distribuição de lucro o montante correspondente de R\$98.778 mil, desse valor R\$ 76.194 referem se a dividendos adicionais de 2022, e R\$ 22.584 mil referem se a dividendos propostos de 2021 recebidos durante o exercício de 2022;
- (d) Dividendos proposto de conforme estatuto de suas controladas; e
- (e) Corresponde o resultado de equivalência patrimonial, sobre as participações societárias avaliadas e representadas conforme demonstrado a seguir:

Empresa	Capital Social	Reservas de Lucros	Patrimonio Líquido	Participação no Capital	Investimento		Equivalência Patrimonial	
					2022	2021	2022	2021
Campina Potiguar	32.102	14.042	46.144	99,98%	46.135	29.606	11.431	9.297
Canto da Ilha	28.410	11.425	39.835	99,98%	39.827	25.877	9.394	7.447
Energia Potiguar	59.215	19.816	79.031	99,99%	79.023	47.041	15.006	11.820
Esquina dos Ventos	32.083	14.455	46.538	99,98%	46.528	29.236	12.224	8.812
Ilha dos Ventos	28.223	9.327	37.550	99,98%	37.542	24.577	6.241	5.530
Morro dos Ventos	56.480	19.785	76.265	99,99%	76.257	47.892	16.588	13.287
Ponta do Vento Leste	55.370	18.331	73.701	99,99%	73.693	44.085	14.960	11.784
Pontal do Nordeste	37.714	11.767	49.481	99,99%	49.476	29.222	9.015	6.955
Torres de Pedra	55.943	19.026	74.969	99,99%	74.962	45.130	15.002	11.836
Torres de São Miguel	28.597	7.664	36.261	99,98%	36.253	22.932	7.089	5.467
					<u>559.696</u>	<u>345.597</u>	<u>116.950</u>	<u>92.234</u>

9. IMOBILIZADO

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Aerogeradores	-	-	536.602	561.348
Instalações e benfeitorias	366	382	18.997	19.883
Máquinas e equipamentos	2.799	2.916	21.367	22.328
Móveis e utensílios	-	-	76	88
Direito de uso	-	-	28.938	34.013
	<u>3.165</u>	<u>3.298</u>	<u>605.979</u>	<u>637.660</u>

A Companhia e suas controladas acompanham anualmente a vida útil dos ativos imobilizado e não identificou diferenças significativas durante o ano. A média ponderada das taxas de depreciação e amortização dos ativos que compõe cada grupo está demonstrada na tabela de movimentação.

Controladora						
	Taxa de Depreciação a.a.	2020	Adições	2021	Adições	2022
Custo						
Instalações e benfeitorias	-	517	-	517	-	517
Máquinas e equipamentos	-	3.781	-	3.781	10	3791
		<u>4.298</u>	<u>-</u>	<u>4.298</u>	<u>10</u>	<u>4.308</u>
Depreciação						
Instalações e benfeitorias	4 a 25	(117)	(18)	(135)	(17)	(152)
Máquinas e equipamentos	4 a 25	(740)	(125)	(865)	(126)	(991)
		<u>(857)</u>	<u>(143)</u>	<u>(1.000)</u>	<u>(143)</u>	<u>(1.143)</u>
		<u>3.441</u>	<u>(143)</u>	<u>3.298</u>	<u>(133)</u>	<u>3.165</u>
Consolidado						
	Taxa de Depreciação a.a.	2020	Adições	2021	Adições	2022
Custo						
Aerogeradores	-	752.314	142	752.456	331	752.787
Instalações e benfeitorias	-	26.572	-	26.572	-	26.572
Máquinas e equipamentos	-	27.439	1.519	28.958	10	28.968
Móveis e utensílios	-	57	65	122	-	122
		<u>806.382</u>	<u>1.726</u>	<u>808.108</u>	<u>341</u>	<u>808.449</u>
Depreciação						
Aerogeradores	3,3	(166.030)	(25.078)	(191.108)	(25.080)	(216.188)
Instalações e benfeitorias	4 a 25	(5.802)	(886)	(6.688)	(886)	(7.574)
Máquinas e equipamentos	4 a 25	(5.708)	(927)	(6.635)	(967)	(7.602)
Móveis e utensílios	10	(26)	(5)	(31)	(12)	(43)
		<u>(177.566)</u>	<u>(26.896)</u>	<u>(204.462)</u>	<u>(26.945)</u>	<u>(231.407)</u>
Direito de uso						
Contratos de arrendamento		41.092	-	41.092	(5.836)	35.256
(-) Amortização		(4.584)	(2.494)	(7.078)	759	(6.319)
		<u>36.508</u>	<u>(2.494)</u>	<u>34.014</u>	<u>(5.077)</u>	<u>28.937</u>
		<u>665.324</u>	<u>(27.664)</u>	<u>637.660</u>	<u>(31.681)</u>	<u>605.979</u>

10. ATIVO DE DIREITO DE USO E PASSIVO DE ARRENDAMENTO

A Companhia e suas controladas possui contratos de arrendamentos de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma CPC 06, sendo relacionado a operações dos parques eólicos.

A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos. Os contratos de arrendamento possuem passivos de arrendamento conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado	
	2022	2021
Ativo		
Direito de uso do ativo arrendado	35.256	41.089
Amortização do período	(6.319)	(7.078)
Saldo contábil líquido	<u>28.937</u>	<u>34.014</u>
	Consolidado	
	2022	2021
Passivo		
Arrendamento a pagar	3.854	2.907
(-) Juros a apropriar	(1.334)	(1.309)
	<u>2.520</u>	<u>1.598</u>
Arrendamento a pagar	43.275	36.908
(-) Juros a apropriar	(15.033)	(9.014)
Provisão de Desmobilização (a)	5.111	7.113
	<u>33.353</u>	<u>35.007</u>
Saldo contábil líquido	<u><u>35.873</u></u>	<u><u>36.605</u></u>

Passivo total

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base do WACC da Companhia de 7,7% a.a, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento de suas controladas.

(a) A Companhia possui contrato de arrendamento de terreno, que contém obrigação de retirada dos aerogeradores ao final do prazo do contrato. Assim, em atendimento ao CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes, deve constituir a provisão de desmobilização de ativos, para fazer face às responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Adicionalmente, na mensuração inicial, deve-se considerar os custos de desmontagem e remoção do item e restauração do terreno no qual este está instalado, em aderência ao CPC 27.

É esperado que, após o encerramento do contrato, seja efetuada a desmobilização dos ativos instalados no terreno arrendado, data na qual espera-se que sejam efetuados os desembolsos dos valores provisionados. Considerada a incerteza dos valores de desembolsos futuros, decorrente de potenciais variações nos custos estimados para executar a desmobilização, a Companhia efetuou o registro da provisão pela melhor estimativa atual, de acordo com as determinações do CPC 25.

Os juros sobre arrendamentos são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com o prazo remanescentes dos contratos.

Os pagamentos do longo prazo, considerando seus fluxos de caixa futuros descontados, estão distribuídos:

Vencimento no longo prazo	
2023	<u>2.520</u>
2024	2.520
2025	2.520
2026	2.520
2027 em diante	<u>18.162</u>
	<u><u>28.242</u></u>

Os impactos na demonstração de resultado de acordo com a norma CPC 06(R2) / IFRS 16, foram que as contraprestações de arrendamento que anteriormente eram registradas como despesas de arrendamento passaram a ser reconhecidas nas linhas de depreciação/amortização e despesas financeiras. Muito embora o novo pronunciamento não tenha trazido nenhuma alteração no montante total que será levado ao resultado ao longo da vida útil dos contratos.

11. FORNECEDORES

Correspondem às obrigações da Companhia e suas controladas junto aos fornecedores conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fornecedores	9.915	8.423	26.039	10.344
Fornecedores – partes relacionadas (nota 13)	28.868	22.535	-	-
	<u>38.783</u>	<u>30.958</u>	<u>26.039</u>	<u>10.344</u>

O saldo de fornecedores da Companhia refere-se à compra de energia eólica. Os títulos têm vencimento em curto prazo e são regularmente liquidados. As partes relacionadas são compostas por operações com suas controladas e coligadas.

12. FINANCIAMENTOS E DEBENTURES

Correspondem às obrigações da Companhia e suas controladas junto aos fornecedores conforme a seguir:

Abertura do Saldo Contábil	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Financiamento BNDES	-	-	-	352.622
Debêntures	412.866	-	412.866	-
Saldo contábil	<u>412.866</u>	<u>-</u>	<u>412.866</u>	<u>352.622</u>
Circulante	45.040	-	45.040	352.622
Não Circulante	367.826	-	367.826	-

Conforme Fato Relevante divulgado em 31 de dezembro de 2021, foi realizada a distribuição de debêntures simples, não conversíveis em ações, composta por 450.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1.000,00, totalizando, na data de emissão, o valor de R\$450.000.000,00, com o conseqüente cancelamento das debêntures não subscritas ou integralizadas. As debêntures possuem uma remuneração 100% do e CDI + 2,15% a.a., com o vencimento final em 07 de janeiro de 2.032.

Os recursos obtidos com a Emissão foram usados para liquidação de certas dívidas da Companhia e o financiamento das suas controladas junto ao BNDES, recomposição do caixa e execução de investimentos para consecução de seu objeto social no curso normal de seus negócios, reforçando sua estrutura de capital.

A escritura das Debentures está garantida pelo grupo de alienações fiduciárias da totalidade de ações das controladas, equipamentos e suas receitas proveniente da venda de energia elétrica. Essas debentures possuem indicador financeiro (covenant) anual em que o índice de Cobertura de Serviço da Dívida (ICSD deve ser maior ou igual 1,3, onde (EBITDA – Imposto de Renda e Contribuição social) / (Soma dos pagamentos do principal + juros em 12 meses). O cálculo conseqüentemente da manutenção do índice conforme definido em contrato, deve começar a ser efetuado a partir da data de início da emissão, sendo calculado pelas informações consolidadas na Ventos Potiguares Comercializadora de Energia. S.A.

Em janeiro de 2022, o cálculo da informação passou a ser efetuado sobre as informações consolidadas alterando a metodologia no contrato de financiamento que utilizava as informações combinadas, conforme o cálculo demonstrado a seguir:

Descrição	Consolidado/Combinado	
	2022	2021
(+) Lucro bruto	133.059	129.808
(-) Despesas administrativas e gerais	(4.239)	(5.885)
(+) Despesas não operacionais	9.893	-
(+) Depreciação e amortização	29.150	29.246
(+/-) Outras receitas/(despesas) líquidas	(10.049)	224
(=) EBITDA	157.814	153.396
(-) imposto de Renda e Contribuição social – corrente	(8.663)	(7.253)
(A) Geração de caixa da atividade	149.150	146.144
(B) Serviço da dívida	95.606	68.215
(C) Índice de cobertura do serviço da dívida	1,560	2,142

13. PARTES RELACIONADAS

Descrição	Contas a Receber (a)		Fornecedores (a)	
	2022	2021	2022	2021
Campina Potiguar	1.500	-	1.625	2.065
Canto da Ilha	3.000	-	1.346	1.754
Energia Potiguar	1.000	-	2.053	2.964
Esquina dos Ventos	2.000	-	542	2.030
Ilha dos Ventos	1.000	-	795	1.447
Morro dos Ventos	2.000	-	1.647	3.172
Ponta do Vento Leste	1.500	-	1.833	2.932
Pontal do Nordeste	1.000	-	1.053	1.824
Torres de Pedra	1.000	-	1.654	2.935
Torres de São Miguel	1.000	-	1.320	1.412
Serveng Energias Renováveis	-	-	15.000	-
	15.000	-	28.868	22.535

(a) Os saldos correspondem a valores a receber referente a redução de capital nota 8;

(b) Valores correspondente a operações comerciais, onde suas controladas são geradoras e a Companhia comercializa.

Descrição	Dividendos a receber (ativo circulante)		Dividendos a pagar (passivo circulante)			
	Controladora		Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Campina Potiguar	2.858	2.324	-	-	1	1
Canto da Ilha	2.349	1.862	-	-	1	1
Energia Potiguar	3.752	2.952	-	-	1	1
Esquina dos Ventos	3.056	2.203	-	-	1	1
Ilha dos Ventos	1.560	1.383	-	-	1	1
Morro dos Ventos	4.147	3.321	-	-	-	1
Ponta do Vento Leste	3.740	2.946	-	-	-	1
Pontal do Nordeste	2.254	1.267	-	-	-	1
Torres de Pedra	3.751	2.959	-	-	-	-
Torres de São Miguel	1.772	1.367	-	-	-	-
Serveng Energias Renováveis	-	-	13.633	22.733	13.633	22.733
	29.237	22.584	13.633	22.733	13.637	22.741

Custo dos produtos vendidos (resultado)	Controladora	
	2022	2021
Campina Potiguar	19.583	18.760
Canto da Ilha	16.641	15.941
Energia Potiguar	28.116	26.914
Esquina dos Ventos	19.256	18.443
Ilha dos Ventos	13.726	13.147
Morro dos Ventos	30.096	28.804
Ponta do Vento Leste	27.813	26.640
Pontal do Nordeste	17.305	16.574
Torres de Pedra	27.841	26.665
Torres de São Miguel	13.399	12.810
	<u>213.777</u>	<u>204.698</u>

Em 21 de julho de 2011 a Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A. celebrou um contrato de compra e venda de energia elétrica incentivada com suas controladas, cujo objeto foi a comercialização, entre as partes, de energia incentivada com 50% de desconto nas Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) e Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) no período de 31 de dezembro de 2012 a 30 de dezembro de 2032, na região Nordeste.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Não houve remuneração à Administração durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

14. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS

A Companhia e suas controladas figuram como parte em ações judiciais de naturezas cível. Apoiada pela opinião de seus advogados e consultores legais, a Administração acredita que o saldo da provisão para riscos cíveis é suficiente para cobrir perdas prováveis.

Abertura do Saldo Contábil	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Provisão de contingência (Cível)	-	-	9	-
	-	-	9	-

A Companhia e suas controladas são parte de ações cujo risco de perda é considerado possível pela Administração e corroborado pelos advogados externos responsáveis pela condução dos processos, no montante de R\$9 mil em 31 de dezembro de 2022 (não havia saldo em 31 de dezembro de 2021).

15. PATRIMONIO LÍQUIDO

(a) Capital Social

O capital social em 17 de agosto de 2022 é de R\$ 173.441 mil (R\$ 273.441 mil em 31 de dezembro de 2021), composto em 17 de agosto de 2022 por 196.738mil ações sem valor nominal (310.171 mil ações sem valor nominal em 31 de dezembro de 2021), composto por ações ordinárias nominativas, sem valor.

Através da Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 17 de agosto de 2022, a Companhia decide efetuar a redução de capital no montante de R\$100.000 mil, por considerá-lo excessivo em relação ao objeto social da sociedade.

Em razão da redução do capital social da Companhia, o novo capital social da Companhia passou a ser de R\$ de R\$ 173.441 mil, representado por 196.738 mil ações, sendo todas ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

(b) Reserva Legal

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação vigente, limitada a 20% do capital social após a dedução dos incentivos fiscais. Em 2022 o valor destinado foi de R\$2.727 e o saldo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$13.631 (R\$10.904 em 2021).

(c) Reserva Lucros

O saldo do lucro que não tenha destinação compulsória a outras reservas e que não seja destinado ao pagamento de dividendos é destinado a esta reserva de lucros. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo é de R\$39.980 (R\$89.446 em 2021).

16. RECEITA LIQUIDA

Receita líquida da Companhia está apresentada conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Venda de energia	124.208	119.100	338.014	323.798
Venda de energia - partes relacionadas (nota 13)	213.807	204.698	-	-
Impostos sobre vendas	(31.259)	(29.951)	(31.259)	(29.951)
	<u>306.755</u>	<u>293.847</u>	<u>306.755</u>	<u>293.847</u>

As receitas da Companhia são reconhecidas por competência, pela comercialização das suas controladas. Todas as transações de venda geram recebíveis que estão descritos na nota explicativa nº 5. Não há outros ativos ou passivos de contrato reconhecidos.

17. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando uma classificação dos custos e despesas baseada na sua função. As informações dos custos e despesas por natureza são apresentadas a seguir:

Classificação por Natureza	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Depreciação e amortização	(143)	(143)	(32.022)	(29.390)
Custo do produto vendido	(95.669)	(292.744)	(104.696)	(96.094)
Custo com mão de obra	(213.777)	-	-	(3.335)
Serviços de terceiros	-	(610)	(4.198)	(30.362)
Arrendamento de terra	(515)	-	3.279	(699)
Despesas com pessoal	-	-	(40)	(429)
Despesas com serviços	-	(3.413)	(108)	(7.332)
Despesas tributárias	-	(336)	(640)	(414)
Centro de serviços compartilhados	(481)	-	(1.423)	(1.332)
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	(9.893)	-
Outros	(6.721)	952	(38.243)	(2.757)
	<u>(317.178)</u>	<u>(296.295)</u>	<u>(187.984)</u>	<u>(172.144)</u>

Classificação por Função	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Despesas administrativas (i)	(309.862)	(293.660)	(173.696)	(163.852)
Custo do produto vendido	(400)	(3.546)	(4.239)	(9.431)
Custo com mão de obra	(6.916)	911	(10.049)	1.139
	<u>(317.178)</u>	<u>(296.295)</u>	<u>(187.984)</u>	<u>(172.144)</u>

(i) Inclui a depreciação dos contratos de arrendamento conforme descrito na nota explicativa 10.

18. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS, LIQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas financeiras				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	10.309	1.148	15.500	3.951
Outras	-	-	4	2
	<u>10.309</u>	<u>1.148</u>	<u>15.504</u>	<u>3.953</u>
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	(58.475)	-	(59.017)	(25.470)
Juros sobre arrendamento	-	-	(3.287)	(1.827)
Despesas com financiamento	(3.812)	-	(8.592)	-
Despesas bancárias	(19)	(2)	(170)	(151)
	<u>(62.306)</u>	<u>(2)</u>	<u>(71.066)</u>	<u>(27.448)</u>
Total	<u>(51.997)</u>	<u>1.146</u>	<u>(55.562)</u>	<u>(23.495)</u>

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – CORRENTE

	Consolidado	
	2022	2021
Imposto de Renda		
Receita bruta	221.899	212.540
Alíquota	8%	8%
	<u>17.752</u>	<u>17.003</u>
Outras receitas, inclusive financeiras.	5.243	2.793
Base de cálculo	<u>22.995</u>	<u>19.796</u>
Alíquota vigente	15%	15%
Imposto apurado	(3.450)	(2.969)
Adicional federal de 10%	(2.344)	(1.667)
Imposto apurado	<u>(5.795)</u>	<u>(4.636)</u>
Contribuição social		
Receita bruta	221.899	212.540
Alíquota	12%	12%
	<u>26.628</u>	<u>25.505</u>
Outras receitas, inclusive financeiras.	5.243	2.793
Base de cálculo	<u>31.871</u>	<u>28.298</u>
Alíquota vigente	9%	9%
Imposto apurado	<u>(2.868)</u>	<u>(2.617)</u>
Total Imposto de Renda e da Contribuição Social	<u>(8.663)</u>	<u>(7.253)</u>

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

20.1. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia e suas controladas, caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes.

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito é influenciada pelas características individuais de cada cliente. A Companhia e suas controladas não reconhecem uma provisão para créditos de liquidação duvidosa, uma vez que 100% da sua receita é com partes relacionadas.

20.2. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

Consolidado	Até 1 ano	Até 2 anos	+ 2 anos
Fornecedores	26.039	-	-
Financiamentos	45.040	90.080	277.746

20.3. Risco de mercado

Risco de taxas de juros e inflação: não existe risco de taxas de juros decorrente de parcelas de dívidas e aplicações financeiras, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

20.4. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional e risco na qualidade de serviços para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e suas controladas.

Em 31 de dezembro de 2022 a exposição máxima é de R\$88.734 no consolidado e R\$83.270 na controladora (R\$133.711 no consolidado e R\$33.745 na controladora em 2021) referente ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber.

20.5. Gestão de capital

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia e suas controladas define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A diretoria também monitora o nível de dividendos para seus sócios.

20.6. Análise dos instrumentos financeiros

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas, apresentados nas demonstrações contábeis:

Consolidado	Valor contábil		Valor justo	
	2022	2021	2022	2021
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	57.290	102.149	57.290	102.149
Contas a receber	35.259	31.562	35.259	31.562
Outras contas a receber	-	93	-	93
Total	92.549	133.804	92.549	133.804
Passivos financeiros				
Fornecedores	26.039	10.344	26.039	10.344
Financiamentos	412.866	352.622	412.866	352.622
Total	438.905	362.966	438.905	362.966

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem dos valores justos.

Contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo destes instrumentos.

Instrumentos financeiros por categoria

Consolidado	2022		
	Empréstimos e recebíveis	Valor custo justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	57.290	-	-
Contas a receber	35.259	-	-
Outras contas a receber	-	-	-
Total	92.549	-	-
Passivos financeiros			
Fornecedores	-	-	26.039
Financiamentos	-	-	412.866
Total	-	-	438.905

Consolidado	2021		
	Empréstimos e recebíveis	Valor custo justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	61.394	40.755	-
Contas a receber	31.562	-	-
Outras contas a receber	93	-	-
Total	93.049	40.755	-
Passivos financeiros			
Fornecedores	-	-	10.344
Financiamentos	-	-	352.622
Total	-	-	362.966

20.7. Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseados e dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Os instrumentos financeiros não derivativos avaliados a valor justo são as aplicações financeiras que foram classificadas no Nível 2.

20.8. Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

O principal risco atrelado às operações da Companhia e suas controladas está ligado a variação do CDI para aplicações financeiras e TJLP para os financiamentos.

As aplicações financeiras estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras e financiamentos aos quais a Companhia e suas controladas estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2021, foram definidos 3 cenários diferentes.

Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida para os próximos 12 meses a média de 12,39% (4,42% em 2021) para o CDI e 7,20% (5,32% em 2021) para a TJLP, sendo estes definidos como cenário provável, e a partir deste, foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente:

Operação	Exposição	Risco	Provável	Aumento		Redução	
				25%	50%	25%	50%
Aplicação financeira		CDI					
Receita financeira	15.500	12,39%	1.920	2.401	2.881	1.440	960
Financiamentos		TJLP					
(-) Despesa financeira	59.017	7,20%	4.249	5.312	6.374	3.187	2.125
Resultado financeiro			<u>(2.329)</u>	<u>(2.911)</u>	<u>(3.493)</u>	<u>(1.747)</u>	<u>(1.164)</u>

21. COMPROMISSOS COM CONTRATOS

A Companhia possui compromissos de venda de energia eólica incentivada à empresa CEMIG Geração e Transmissão S.A., para garantir o desenvolvimento e implantação de seus projetos. Os compromissos em 31 de dezembro de 2021 podem ser assim estimados por seus valores nominais:

- Data do contrato: 09 de dezembro de 2010;
- Data que se inicia a obrigação do fornecimento: 01 de maio de 2012;
- Data que se encerra a obrigação do fornecimento: 14 de agosto de 2033;
- Quantidade a ser fornecida: 77,72 MW média ao ano.